



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº 24/2016

----- Aos nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 20/2016, referente à reunião ordinária de 28 de outubro. -----

----- Aprovada a ata nº 20/2016, de 28 de outubro, por unanimidade dos presentes com direito a voto (7 votos a favor).-----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e vinte e dois cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e cinco mil, quinhentos e trinta e três euros e vinte e três cêntimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

#### ----- PRESÉPIOS DE SAL – VISITAS AGENDADAS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o assunto para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre o mesmo.-----

#### ----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

#### ----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dar conta do vigésimo Congresso do PCP em Almada, onde Rio Maior teve dois legados e participaram mais de vinte convidados e coube ao Distrito de Santarém receber o ciclo normal de apresentação de conclusões.-----

----- Em seguida referiu-se a um peditório feito por três alunos da Escola Superior de Desporto numa grande superfície, para matar a fome aos colegas e deu conhecimento que dissera a estes alunos que existem outros instrumentos no concelho que devem ser potenciados para resolver esses problemas e que a Associação de Estudantes junto da Ação Social e do Ministério da Educação podem encontrar outro tipo de soluções que não este, tanto mais que a Câmara tem um gabinete de apoio à ação social com um fundo de emergência social que está pronto para responder a estas questões se lhe forem colocadas. Deixava a nota para que esta informação chegasse junto destes jovens que vêm de fora, pois por desconhecimento, podem ter mais dificuldades. -----

----- Por último referiu que a Escola Superior de Desporto foi concebida para ter uma Residência, um direito com mais de vinte anos, como outros que Rio Maior tem vindo a perder, pelo que solicitava a construção de uma instalação, não se estando a pedir nada que não estivesse contemplado no projeto e que estivesse no plano da Administração Central, dado que esteve contemplado por duas vezes e todos sabem que a atual situação do mercado de arrendamento no concelho de Rio Maior não responde à necessidade de cem camas, salientando que a Residência permite à “nossa” Escola Superior de Desporto ser uma nova centralidade para as questões de ocupação do espaço e dos cursos. Referiu que estes processos têm de ter unidade concelhia, têm de ter unidade para se conseguir arranjar um milhão de euros de uma vez ou dois milhões de euros de outra vez. Sendo esse sentimento de preocupação, de disponibilidade e de procura que vai ser exigido nas próximas semanas. Terminou pedindo a todos uma reflexão sobre esta questão.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes e votos de boa quadra natalícia.-

----- Começou por se reportar aos Presépios de Sal manifestando a sua satisfação pelo facto de haver pedidos que ultrapassam a data inicialmente prevista para o funcionamento deste evento. Congratulou-se também com a quantidade de grupos e de pedidos de autocarros que se vão deslocar ao município de Rio Maior, concretamente às Marinhas do Sal. Manifestou ainda, publicamente a sua satisfação por este evento avançar e de haver uma comunicação para o exterior, de forma muito alargada, com a colocação de *outdoors* nas principais vias de acesso á cidade, no entanto, lembrou que na saída de Lisboa, na A1, pode constatar-se que existem, cerca de cinco ou seis painéis publicitários com iniciativas semelhantes a esta dos Presépios

de Sal, nomeadamente Óbidos – Vila Natal, Sabugal, entre outros, o que significa que se está a competir com outros municípios, daí que tudo o que se fizer tem de ser bem feito e de forma muito atrativa, inovadora e criativa para que se consiga atrair determinados públicos, nomeadamente, excursionistas. Sendo a questão de fundo o Turismo versus excursionismo, versus condições de receção aos grupos e ao público que procura estes eventos natalícios. Reforçou que o Plano de Pormenor nas Marinhas do Sal deve avançar esperando que o mesmo permita a construção de infraestruturas, nomeadamente acessos e parques de estacionamento que possam garantir condições de qualidade para receber os grupos visitantes, alertando para o facto de se poder estar a criar uma mensagem enganosa de publicidade para o exterior e depois não haver condições objetivas, para receber esses públicos, defraudando as expectativas dos visitantes, os quais procuram uma boa oferta cultural e patrimonial, considerando que as Salinas deviam ter condições melhoradas para receber estes públicos. Opinou ainda que o futuro de Rio Maior se faz mais com turistas, do que com excursionistas, pois há que potenciar cada vez mais a vinda de um maior número de pessoas para o concelho, no sentido das dormidas, pois é através destas que as empresas geram mais receita e valor económico para o município de Rio Maior.-----

----- Sobre o décimo nono aniversário da Escola Superior de Desporto de Rio Maior felicitou toda a comunidade escolar alunos, professores e Direção, congratulando-se com a assinatura do protocolo “Diabetes em Movimento” que junta um conjunto de entidades, sendo um motivo de enorme orgulho para os riomaiorenses que estas dinâmicas avancem.-----

----- Disse ainda que a carta de compromisso assinada pela Senhora Presidente da Câmara e pelo Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Santarém no sentido de encontrar soluções para a instalação da residência de estudantes, aproveitando para questionar a Senhora Presidente poderia aditar alguma informação adicional sobre esta matéria. Aditou que lhe agradava a ideia de instalar a residência de estudantes num edifício que esteja devoluto e assim aproveitar para fazer a recuperação do património, pois não valerá a pena estar a criar novas zonas de expansão da cidade zonas urbanas que vão sendo alargadas, quando a zona antiga da cidade se encontra desertificada, e opinou que, esta é uma boa ideia.-----

----- Relativamente á Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, saudou toda a Direção e toda a equipa e elementos integrantes dos Bombeiros de Rio Maior que cumprem uma missão muito nobre e apresentou desculpas públicas por não ter estado presente, por motivos pessoais, enaltecendo o trabalho desenvolvido.-----

----- Deixou também uma saudação ao Padre Cláudio Rodrigues pela ordenação e desejou que desenvolva um excelente trabalho, sendo certo que no exercício de funções públicas e político/partidárias se tem de atender a todas as religiões e a todos os movimentos religiosos, pois tem de se salvaguardar a liberdade religiosa, mas também se tem de se perceber que a igreja católica em Rio Maior, assume um papel preponderante, e tem de se acreditar e pugnar para que existam boas condições para que essa organização desenvolva o seu trabalho e desejou que tudo corra bem neste percurso agora iniciado pelo padre Cláudio Rodrigues-----

----- Terminou a intervenção referindo que o Executivo devia fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que os riomaiorenses tenham boas condições de acesso aos serviços básicos essenciais de energia, água e gás, contudo em Rio Maior, relativamente aos serviços de apoio ao atendimento, no que respeita ao gás são insuficientes ou mesmo inexistentes, assunto que se arrasta há muito tempo, e entristecia-o profundamente, o facto de os munícipes terem de se deslocar para outro município, como Santarém ou Caldas da Rainha, para resolverem estas questões, situação ainda mais preocupante quando se trata de munícipes com mobilidade reduzida. Opinou que devem ser criadas as condições para que estes serviços tenham atendimento em Rio Maior, dado que o gás é um serviço essencial.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se á limpeza da Ribeira de S. Gregório e sugeriu que os serviços tentassem transformar a mesma não num problema ambiental, mas numa mais-valia para a cidade, de forma a evitar que todos os anos este problema da limpeza surgisse, pois trata-se de percurso de água que atravessa a cidade e que poderá ser valorizado no aspeto ambiental.-----

----- Sobre a cerimónia de aniversário realizada no passado dia oito de dezembro da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, congratulou-se com a mesma e manifestou regozijo pela forma como decorreram e pela primeira vez a Câmara Municipal não foi “atacada”, nem pressionada, sendo mesmo notório o reconhecimento das diversas entidades ligadas aos Bombeiros, a nível nacional, distrital e local, pelo apoio dado a esta Associação, quer apoios financeiros, quer regalias sociais, recentemente aprovadas. Disse ainda que não poderia deixar de manifestar respeito e admiração pela forma como reagiu no agradecimento, porque podia ter os louros e arcar sozinha com a responsabilidade e com o prestígio de ter resolvido o problema, mas contrariamente, de uma forma democrática e sincera, perfeitamente transparente, quis dizer que a responsabilidade aquela decisão fora de todo o executivo, dado a sua aprovação por unanimidade, salientando que na politica a verdade é muito importante

e ter a coragem de o dizer naquela situação, em que nada obrigava a fazê-lo, é de salientar e que prestigia as pessoas que têm a coragem de o fazer na altura certa.-----

----- Continuou a intervenção referindo que acabara de tomar conhecimento de que há fome na escola Superior de Desporto e quando dezanove anos depois se tem uma escola com prestígio, inserida na aposta que Rio Maior fez, do ponto de vista estratégico, e se há fome em Rio Maior solicitava á Senhora Presidente para entrar imediatamente em contacto com o Diretor da Escola, porque se isso está a acontecer a escola está a falhar, os serviços sociais e as cantinas das escolas estão a falhar, e sendo Rio Maior uma terra solidária, com responsabilidade não pode permitir que tal aconteça. Se realmente isto se está a passar é uma situação muito grave e não se pode permitir que tal aconteça.-----

----- Relativamente á residência estudantil referiu tratar-se de uma situação importante, mas mais importante do que isso é que os alunos tenham, tão depressa quanto possível, respostas imediatas em termos sociais de apoio ao alojamento, porque esperar que se faça uma residência e alocar os meios financeiros necessários, neste momento difícil, leva o seu tempo, e as questões sociais não podem esperar ou estar dependentes disso. Considerou ainda que independentemente do que for decidido estrategicamente sobre a construção da residência estudantil ou, a melhor opção, optar pela recuperação de património, até lá as responsabilidades da Câmara Municipal não podem ser escuradas porque a Escola Superior de Desporto é estruturante para Rio Maior.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto quanto á proliferação de *outdoors* alusivos á época natalícia e aos eventos associados a esta época que todos vivem de forma mais ou menos efusiva ou contida, têm acontecido por todo o País. Relembrou que este ano se viveu de forma exacerbada o exteriorizar do sentimento natalício, dado que em muitos municípios do País se verificou um grande investimento, não só da parte luminosa, mas também de toda a animação, com a criação de aldeias e vilas de natal, inclusivamente Lisboa, pela primeira vez, tem uma vila natal e também Rio Maior tem os Presépios de Sal que se distinguem de tudo, e como pode ser comprovado pelo elevado número de excursões que os têm visitado e ainda um maior número que se espera e que levou ao prolongar dos citados Presépios de Sal. -----

----- Aditou que também na cidade se optou por mudar um pouco o visual do centro da cidade, trazendo aquilo que é visto noutros Países já há muitos anos e que também em Portugal, em vários municípios se tem verificado, ou seja a criação de mercados e feiras de natal, contudo estes mercados requerem um “planeamento” atempado, uma

boa articulação dos serviços e com ela também um estreitamento de relações e acompanhamento das empresas prestadoras de alguns dos serviços, nomeadamente no que concerne aos equipamentos, as denominadas “casinhas” de madeira, que no caso de Rio Maior, infelizmente, foram montadas de véspera, e não corresponderam ao que fora encomendado.-----

----- Referiu que o sucesso desta nova imagem, depende não só das equipas da Câmara, mas também do envolvimento da população e como o caminho “se faz caminhando” e os eventos, sejam eles quais forem, carecem de ser planeados com antecedências mínimas e alguns deles devem ser planeados logo após o término do evento daquele ano. Lembrou ainda que esta exacerbada vivência natalícia acarreta elevados custos e a Câmara de Rio Maior não embarca nesses custos elevados, apesar de assinalarem a época, contudo também gostaria de padronizar que os municípios do norte do país optaram por canalizar o investimento que habitualmente é feito em iluminações, na ajuda ao próximo e aos mais necessitados, e perante o que já se falou, relativamente ao que se está a passar com os alunos da Escola Superior de Desporto, levava-a a pensar que a Câmara Municipal deve tomar os mecanismos que estão ao seu alcance para acautelar e minimizar estas situações que a todos deixam de alguma forma constrangidos e tristes, pois ninguém gostaria que isso acontecesse sendo situações que se devem tentar minimizar e que a todos deixam preocupados.---

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por informar o Vereador Daniel Pinto sobre as questões da EDP e do gás de que houve contactos com empresas privadas para se instalarem no concelho de Rio Maior, se assim o entendessem, mas informou ser possível tratar de assuntos de gás e de eletricidade na cidade de Rio Maior.-----

----- Continuou referindo-se ao aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior a quem endereçou os parabéns pela excelente cerimónia realizada e também pela constatação do excelente relacionamento que existe entre a Câmara Municipal e a Associação na missão que têm de proteção de pessoas e bens e que também têm levado por diante a sua missão.-----

----- Sobre o aniversário da Escola Superior de Desporto referiu que a ilação que tirara da sessão comemorativa do aniversário fora a evolução e o crescimento da mesma, a sua credibilidade, a sua sustentabilidade técnica e científica, e ainda o reconhecimento que hoje lhe é feito no País e no estrangeiro, dado o excelente estabelecimento de ensino na área do desporto que existe em Rio Maior, considerando que a mesma está de parabéns, assim como o Instituto Politécnico de Santarém.-----

----- Sobre os alunos da Escola Superior de Desporto, com necessidades, opinou que, não acreditava, que se a questão tivesse sido apresentada aos serviços sociais do Instituto Politécnico, esta não estivesse já resolvido. Disse ainda que os serviços sociais servem, para além do apoio que fazem aos alunos mais carenciados, para em situações destas agirem, opinando que, provavelmente, o assunto já está resolvido e se assim não for os serviços da Câmara Municipal vão colmatar essa situação.-----

----- Quanto á residência universitária referiu que por vezes é preferível agir do que falar muito na situação correndo o risco de prejudicar soluções que podem estar a caminho e espera que as questões políticas não devem inviabilizar qualquer solução que possa ser encontrada e que decerto será a melhor solução. -----

---- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção congratulando-se por mais um aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, mas em simultâneo lamentar que o reduzido número de riomaiorenses presentes, com exceção para os elementos da fanfarrá, os elementos dos Bombeiros, autarcas e as entidades convidadas, o que demonstra que algo se passa, dado todo o trabalho desenvolvido e todo o carinho que se deve ter perante esta associação, demonstra, provavelmente, o seu isolamento perante a comunidade, pois há tantos anos que está presente nas comemorações, e ficara muito triste pela não adesão das pessoas, todos devem pensar, nomeadamente a Direção, no que se estará a passar para que a população não adira. Também se refletiu no espaço ocupado pelas mesas, que normalmente ocupavam todo o parque de viaturas, o que não aconteceu. Deixou o alerta para a situação e referiu que podiam contar com todo o apoio da Câmara Municipal, mas também devem estar abertos á comunidade.-----

----- Relativamente aos Presépios do Sal relevou o apoio dado pelos colaboradores da Câmara, pelos comerciantes e por todos aqueles que trabalham nas Salinas referindo que estavam de parabéns. Salientou que este ano a qualidade dos presépios e a decoração das lojas melhorou substancialmente, o que se deve a uma atividade que começa a ser segura, em que as pessoas acreditam e começam a não ter medo de investir, o que se reflete no prolongamento do prazo de exposição dos Presépios de Sal. Também quando se fala das excursões e do turismo, opinou que Rio Maior tem um problema muito complicado e que se arrasta há décadas, ou seja, a capacidade de hotelaria, e se os viajantes de um autocarro quiserem pernoitar em Rio Maior, torna-se complicado dado a falta de alojamento.-----

----- Sobre o Plano de Pormenor das Salinas recordou que em mil novecentos e noventa e seis, quando foi feita a última grande intervenção de fundo nas Salinas, com

a colocação de lajes de pedra junto das casas, entre outras situações, e depois disso o investimento foi muito pouco, ou seja todos sabem as limitações existentes, de estacionamento e casas de banho e o Plano de Pormenor vai tentar salvaguardar isso, e informou que o prazo para a entrega do projeto e discussão pública acaba em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete. No momento com a entrega da relação Preliminar do Plano, setenta por cento do mesmo está concluído, considerando que o processo se iniciou há um ano, tem avançado bem, o que demonstra que o executivo não se tem esquecido da importância das Salinas para o desenvolvimento do concelho e para todos que cá vivem e trabalham.-----

----- Quanto á Ribeira de S. Gregório informou que existem diversas questões relacionadas com a mesma, pois existem as canas, assim como o leito do rio, que, com a opção feita na época, de ter rede e pedras, vai provocar o acumular de lixo no mesmo, sendo complicado encontrar quem retire o lixo, dado que as empresas quando constatarem o tipo de obra que é, desistem. Informou que serão colocados blocos de pedras para refazer as margens e estão também previstas obras pontuais para melhorar a fluidez das águas e terá de ser pensado um projeto para regular a Ribeira de S. Gregório no seu todo.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção solicitando aos Vereadores para a ajudarem a elevar a imagem do Concelho de Rio Maior, havendo na sala um Órgão de Comunicação Social, o “Região de Rio Maior”, que gosta de Rio Maior, defende a sua imagem, mas que podia sair neste momento da Reunião de Câmara e iria fazer uma manchete “Os alunos da Escola Superior de Desporto de Rio Maior passam fome”, ou “Alunos da Escola Superior de Desporto de Rio Maior têm que fazer peditórios para matar a fome a outros alunos”. Referiu que iria de imediato contactar o Diretor da Escola, mas tanto quanto sabia, o que acontecera numa grande superfície, no Intermarché, fora no âmbito das atividades da Associação de Estudantes uma campanha de angariação de alimentos. Daí, até dizer-se que há fome, apesar de todos saberem que há dificuldades, tanto mais que os serviços sociais do Instituto Politécnico de Santarém apoiam alunos bolseiros, referindo a propósito, a carta de intenções onde consta precisamente a residência de estudantes, frisando mais uma vez, que apenas se tratou de uma atividade no âmbito das atribuições da Associação de Estudantes.-----

----- Respondendo ao Vereador Daniel Pinto disse que a carta de intenções resultara do facto da Câmara Municipal e o Instituto Politécnico tentarem encontrar uma solução mais imediata para evitar que no próximo ano letivo não se volte a ter a ideia de que não há residência para estudantes e Rio Maior.-----

----- Agradeceu as palavras do Vereador Carlos Nazaré sobre a sua intervenção nas

comemorações do Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior a quem saudou pelo trabalho e empenho, referindo que terminou um mandato para o então Presidente, reconhecendo o trabalho que foi feito, e tudo o que dissera foi de forma sincera, sendo a sua forma de estar na política. Informou que a forma como o Regulamento Social do Bombeiro foi aprovado, tanto na Câmara como na Assembleia, foi porque se sente da parte de todos os Vereadores o sentido de responsabilidade e de, em todos os momentos, colocarem mais alto o nome do Concelho de Rio Maior, o que a leva a partilhar as mensagens boas que lhe vão sendo transmitidas, de forma clara e transparente.-----

----- Referiu que também iria partilhar publicamente, uma situação, e solicitava aos Senhores Vereadores do PS, e não se referia ao Vereador Carlos Nazaré, porque este não acompanhou a visita que os Deputados do PS e o Presidente da Federação Distrital do PS fizeram ao concelho de Rio Maior, aquando de uma atividade aqui realizada, que fizessem chegar ao Presidente da referida Federação Distrital do PS a seguinte mensagem: “que se retrate publicamente das insinuações que fez á Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, nas redes sociais, replicadas na edição desta semana do “Mirante”, e não venham com a desculpa de que não são adeptos do facebook, porque a verdade é que foi dito, e é grave. Aditou que, no seu entender, no debate político, se pode e deve, frontalmente, combater as diferenças de opinião, mas lançar falsas acusações e insinuações de corrupção para obter ganhos políticos. É simplesmente inadmissível. Esclareceu que o Senhor Deputado e Presidente da Federação Distrital do PS agarrou numa notícia sobre o Nó do IC 2 e consegue em tão poucas palavras dizer três mentiras, nomeadamente quando diz “ ... a Presidente da Câmara pediu ajuda aos Deputados por causa da questão do Nó do IC 2.”, frisando ser falso, pois está em ata que dissera para cada um fazer o seu trabalho, e que não pedia sequer aos Deputados do seu Partido, eleitos pelo Distrito, porque entendia não se tratar de uma questão política, mas de uma questão operacional que tem de ser resolvida nos Gabinetes certos, tal como está a ser e tem sido com o Secretário de Estado das Infraestruturas e a nível distrital com as Infraestruturas de Portugal, delegação de Santarém. Aditou que o referido Senhor dissera que a Presidente da Câmara pedira aos Deputados do PS para apresentar um requerimento ao Governo, frisando mais uma vez que é falso”.-----

----- Continuando no uso da palavra referiu que, na mesma notícia, “consta algo ainda mais grave, dado que na política não vale tudo, e porque algumas pessoas não sabem como se tem feito política no concelho de Rio Maior, até então, e frisou que esteve, diretamente, nas últimas três eleições autárquicas, 2005, 2009 e 2013, e pensa que não tem, nem deixou problemas por resolver, nem ajustes de contas para

fazer, e por último, inclusive, enquanto Presidente da Distrital, em que preparou, a nível distrital, as eleições autárquicas de dois mil e treze, com os vinte e um concelhos, de uma forma que considera que foi reconhecida, tanto que ainda hoje, quer do PS, quer do PCP, mantém uma relação solidária e de amizade com todos os autarcas eleitos, considerando que não merecia este ataque e estas insinuações, porque não deixou qualquer situação mal resolvida, ou mal tratada, até porque também não as proporcionou, pelo que também não lhas devem proporcionar.” Quando o referido Senhor diz que “... todos sabemos quem é o empresário (refere-se ao empresário que faz a exploração do areeiro) e as relações políticas que tem com a predita Senhora. Ela está caladinha, amigos.”, daí que precisa que alguém lhe diga quem é o empresário e que relações políticas tem com o mesmo. Questionou quem é que dissera ao dito Senhor que tinha relações políticas com o empresário, gostava que o Senhor se retratasse nesta questão. Disse que não ia fazer ameaças, nem que iria para outras instâncias resolver o problema, mas verdade é que esta não é a forma como sabe, de se estar na vida pública e na política, e lamentava ver algumas pessoas envolvidas, mas a verdade é que alguém transmitiu ao Senhor quem é, e quais são as relações que tinha com o empresário em causa. Terminou este assunto com a máxima popular que diz que “quem não se sente, não é filho de boa gente”.-----

----- Por fim, a Senhora Presidente deixou à consideração do Executivo a antecipação da segunda reunião de Câmara do mês de dezembro, para o dia vinte e dois de dezembro, dado a época natalícia, Após confirmação de todos os membros do executivo a segunda reunião do mês de dezembro, ficou agendada para o dia vinte e dois de dezembro.-----

----- Terminou a intervenção recordando que o jantar de Natal dos trabalhadores da Câmara Municipal se realizará no próximo dia 16 de dezembro. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que ia ler uma mensagem que recebera do Diretor das Infraestruturas de Portugal de Santarém - Engº Alcino “Acabei de contactar a minha Direção de Comunicação que me pediu para solicitar se a reunião se poderá efetuar no próximo dia catorze, às dezasseis horas, em Almada.”-----

----- De seguida referiu-se ao ataque pessoal á Presidente da Câmara e manifestou toda a sua solidariedade para com a Senhora Presidente, Isaura Morais, opinando que o citado ataque não é só feito á Presidente, é feito ao Executivo, independentemente de se estar a tempo inteiro ou não, salientado que na política não vale tudo e o Senhor que escreve o artigo tem andado na Comunicação Social, Mirante e outros, e tem tido alguns problemas com algumas contas por acertar. Mais uma vez, manifestou total solidariedade para com a Presidente da Câmara.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Relativamente ao que a Senhora Presidente acabara de citar gostaria de dizer e como já lhe transmitira, acompanhara a visita do Senhor Deputado da Assembleia da República e em momento algum pudera constatar, ou ouvir, quaisquer tipos de conversas sobre o assunto e que levasse á produção dessa notícia. Portanto dizia á Senhora Presidente, olhos nos olhos, que ele, Daniel Pinto não produzira nenhuma informação a esse respeito e não ouvira ninguém desse grupo a produzir essas informações. Portanto estava solidário com a Presidente da Câmara frisando que não se revia nessa forma de fazer politica, e nem sabia se isso era política, pois para si, não o era, portanto, mais uma vez dizia que estava solidário com a Presidente da Câmara. Disse ainda que acompanhara o grupo naquela visita ao local, no sentido de se encontrar formas de pressão, legítimas, para que o assunto se pudesse resolver. Frisou que não ouvira, não transmitira e não sabia como fora possível chegar a esta conclusão, considerando que quem produz estas informações tem que assumir as suas responsabilidades.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre este assunto manifestou solidariedade para com a Senhora Presidente e referiu que não se reveem nesta forma de atuação. Entendem que as pessoas devem ser responsabilizadas pessoalmente pelo que dizem e, pelo facto de estarem nestas funções, com legitimidade, nada nos obriga a dar cobertura a este tipo de situação. Disse ainda que, no seu entender, devemos atacar os problemas, não as pessoas.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que a CDU ao longo dos anos no concelho de Rio Maior distancia-se claramente desta forma de fulanizar a política, não fazem política contra as pessoas, mas fazem política pelos projetos e, este caso particular, releva uma outra coisa, ou seja não pensa que seja o PS per si, mas uma iniciativa individual e como tal, deve ser responsabilizado. Aditou que muitos dos que ali estão são envolvidos por terceiros, que muitas vezes até desconhecem a realidade. Disse ainda que o seu partido tem duas regras no plano autárquico, ou seja, em primeiro lugar as populações, em segundo lugar, fazer política com projetos, e são chamados á atenção quando fulanizam a vida pública. Aditou que a Senhora Presidente tivera a fineza de lhe dar conhecimento da situação e tivera oportunidade de lhe manifestar que não estava, nem sabia estar na vida pública desta forma, portanto conta com a sua compreensão, solidariedade e exigência da reposição da verdade.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio manifestando também a sua solidariedade, referindo que das intervenções feitas ficou expressa a solidariedade de todo o Executivo para com a

Senhora Presidente da Câmara.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Agradeceu as palavras proferidas pelos Senhores Vereadores, e, como se vai entrar num período autárquico e não sabendo o que vai surgir, e para que depois não haja algum aproveitamento político da situação, podendo acontecer que alguém retome este assunto e considerem que, se não tinha problemas, qual a razão de não se terem manifestado no momento próprio. Disse ainda que esta manifestação por parte da Câmara deve ficar registada, mais como uma forma de mostrar que não se revêm nesta forma de fazer política, e em política não vale tudo, e até se sabe que quando estas questões vêm de outras pessoas, pois sabem do que estão a falar e de quem estão a falar, sendo também uma forma de explicar a outros, até no âmbito das concelhias, que percebam que em Rio Maior faz-se política de outra forma, e os agentes principais são um exemplo e um modelo, sendo assim que querem continuar a ser.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO Nº74/2016. DE 2 DE DEZEMBRO – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – PRONUNCIA SOBRE OS ERROS E OMISSÕES IDENTIFICADOS PELOS INTERESSADOS / PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 74/2016, exarado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara no dia 2 de dezembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a aprovação do suprimento de erros e omissões conforme proposto pelo júri do procedimento da empreitada de “PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO”; A prorrogação do prazo para apresentação de propostas por período de 7 dias contados da presente notificação aos concorrentes; A publicitação da decisão em plataforma eletrónica bem como à publicação de aviso em Diário da República, nos termos legais. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO II – PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DA FATURA DA ÁGUA, EM NOME DE MARIA ASSUNÇÃO JESUS BENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a anulação do processo de execução fiscal, relativo ao processamento de Agosto/2016 (fatura nº. 97281 no valor 5,37€), não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros e custas e ainda proceder à emissão de notas de crédito aos processamentos de Agosto e Setembro/2016 no valor de 5,37€ e 5,20€ respetivamente, de forma a anular a fatura/receita emitida.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou esclarecimentos sobre este assunto, os quais lhe foram prestados pelo Chefe de Unidade, Dr. Jorge Colaço.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO III – CONSUMIDORES EM SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL – AMÉRICA MORGADO ANACLETO, ANABELA MARIA VIOLANTE CRISÓSTOMO E ANA TERESA LOPES SILVESTRE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a anulação do processo de execução fiscal, relativo aos consumidores supracitados, não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros e custas e ainda proceder à transição dos processos para a situação de emitidos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto IV – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar, de acordo com o solicitado no ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Rio Maior, a nomeação de novo representante do Município, Andreia Filipa Rosa Martins, por aposentação a curto prazo da atual representante. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto V – CERTIDÃO DE ÁREAS DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO EM CASAS MONIZES FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME ADELINA CUSTÓDIA PIRES, CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE CLEMENTINA DO ROSÁRIO PIRES – PROCESSO Nº.196/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que o prédio inscrito na matriz rústica sob o artigo 797 da secção B, anteriormente secção BA-B10, sito em Casais Monizes, na Freguesia de Alcobertas, foi totalmente integrado no espaço público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto VI – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM CHAINÇA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MANUEL FIGUEIREDO PIRIQUITO NUNES – PROCESSO Nº 197/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Chainça, na Freguesia de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 52 da Secção CT, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto VII - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – ANO LETIVO 2016/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 36/SUASE/2016, autorizar, para o ano letivo 2016/2017, a transferência de verbas para os Agrupamentos de Escolas, no valor de 5.157,13€, conforme mapa anexo, correspondendo o valor de 2.702,38€ ao Agrupamento de Escolas de Marinhas do Sal e 2.454,75€ ao Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva. --

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto VIII – PEDIDO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, ANO LETIVO 2015/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação nº 37/SUASE/2016, aprovar a Adenda ao Contrato – Programa ao Financiamento no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, que no ano letivo 2015/ 2016, foi atribuído o valor de 0,15€ refeição/aluno. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ausentaram-se da reunião a Presidente da Câmara e o Vereador João António Lopes Candoso, ficando a presidir a reunião o Vice - Presidente Carlos Fernando Frazão Correia -----

----- **Ponto IX – NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR NA ASSEMBLEIA GERAL, INDICAÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA DESMOR, EM.SA PARA O QUADRIÉNIO 2017/2020** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artigo 26.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e artigos 10.º, n.º 4 e 13.º dos Estatutos da Desmor, EM, SA.: -----

----- i) Nomear como representante do Município de Rio Maior na Assembleia-Geral da Desmor, EM, SA, a Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais; -----

----- ii) Indicar ao representante do Município que, na Assembleia-Geral da Desmor, EM, SA, para eleição dos órgãos sociais para o quadriénio 2017-2020, promova a eleição dos seguintes titulares: -----

----- MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL -----

----- Presidente: Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais; -----

----- Vice-Presidente: Eduardo do Rosário Agostinho -----

----- Secretário: José Manuel Baptista Oliveira -----

----- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO -----

----- Presidente: Diva Fabiana Constantino Cobra (com funções executivas e remuneradas); -----

----- Vogal: João António Lopes Candoso (membro não executivo e não remunerado). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que a Desmor é atualmente e ao longo deste tempo uma entidade de grande valia e uma boa bandeira de Rio Maior e do seu concelho, no distrito, nacional

e internacionalmente, pese embora que toda a sua atividade esteja marcada, muito mais pelos órgãos executivos, do que pelos órgão não executivos, mas a responsabilidade é do município. Registou que, houve muitas vezes que não é para partidarizar a intervenção pública publica e deixava para reflexão que a Assembleia Geral desta instituição pode ser assumida de outra forma, ou seja, não se perde nada em discutir os assuntos frente a frente, para não acontecer, como muitas vezes acontece, pelo que se devia refletir também sobre a constituição, dos órgãos não remunerados da Desmor. Não fazia juízo de valor, porque conhece todos, sendo mesmo amigo pessoal de cada um, mas pensa que não se deve pôr “ os ovos todos debaixo da mesma pata”. Indicou o sentido de voto como favorável.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que aquilo que os une é mais importante do que aquilo que os separa e a proposta em discussão vai ser aprovada, no entanto considerava haver um excesso cumprimento da Lei, pois não percebia que se ficasse impedido de votar, quando estes cargos são exercidos em nome e em representação do município. Apesar de a situação estar resolvida, considerava que se não se mantivesse esta postura, tudo poderia ficar mais complicado. Trata-se de um impedimento que no seu entender não existia e referiu que desde sempre têm manifestado disponibilidade para esta situação, mas a responsabilidade nestas matérias é de todos e se fosse partilhada, do ponto de vista democrático, todos tinham a ganhar. Disse nada tinha a opor sobre qualquer uma das pessoas que ali estão e não tinha alternativas a apresentar porque nem sequer se debruçara sobre essa questão, mas gostaria que tivesse havido uma reflexão conjunta sobre este assunto.-----

----- **VICE-PRESIDENTE** -----

----- Informou que já foram solicitados pareceres sobre esta matéria e procedendo desta forma, trata-se de uma medida preventiva. Sobre a proposta apresentada opinou que são pessoas que todos conhecem muito bem e que têm desenvolvido um bom trabalho em prol do concelho de Rio Maior.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- A Presidente da Câmara voltou neste momento á reunião. -----

----- **Ponto X - NOMEAÇÃO DE FISCAL ÚNICO DA DESMOR, EM.SA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artigo 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e artigo 22.º, n.º 1 dos Estatutos da Desmor, EM, SA, propor à Assembleia Municipal de Rio Maior, para aprovação por este órgão, da designação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Rosa Lopes, G. Mendes e Associado, SROC” representada pelo

Dr. João Manuel Rosa Lopes (ROC n.º 1 029) como Fiscal Único da empresa Desmor, EM, SA., para o quadriénio 2017-2020. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ausentou-se a Senhora Presidente da Câmara ficando a presidir a reunião o Vice-Presidente Carlos Fernando Frazão Correia -----

----- **Ponto XI – NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR NA ASSEMBLEIA GERAL E INDICAÇÃO DOS TITULARES AO ÓRGÃO SOCIAL DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, LDA, EM.** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artigo 26.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e dos artigos 10º, n.º 2 e 15.º, n.º 2, dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, Lda., EM.: -----

----- i) Nomear como representante do Município de Rio Maior na Assembleia-Geral da Escola Profissional de Rio Maior, Lda., EM, a Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais; -----

-----ii) Designar como gerente para o Conselho de Gerência da Escola Profissional de Rio Maior, Lda., EM, cabendo-lhe a Presidência deste órgão social, João António Lopes Cadoso (membro não remunerado). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- A Presidente da Câmara voltou neste momento á reunião. -----

----- **Ponto XII - NOMEAÇÃO DE FISCAL ÚNICO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, LDA,EM** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artigo 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e artigo 19.º, dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, LDA, EM, propor à Assembleia Municipal de Rio Maior, para aprovação por este órgão, da designação da Sociedade Pão Alvo & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA representada pelo Dr. José Pedro Araújo Ferreira Pão Alvo, inscrito no OROC com o n.º 1408, como Fiscal Único da empresa Escola Profissional de Rio Maior, LDA, EM, para o quadriénio 2017-2020. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- O Vereador João António Lopes Candoso voltou à reunião. -----

----- **Ponto XIII – FEIRA NACIONAL DA CEBOLA – FRIMOR 2016 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS A ENTIDADES DIVERSAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 57/UAECVCH/CULT/2016, aprovar a transferência de verbas às Associações, Coletividades e Instituições Particulares de Solidariedade Social, participantes na Feira Nacional da Cebola – FRIMOR 2016, no valor total de 9.547,77€ (nove mil e quinhentos e quarenta e sete euros e setenta e sete cêntimos). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto favoravelmente no pressuposto que existem documentos/protocolos celebrados com as entidades em referência.”-----

----- **Ponto XIV – VISITAS DE ESTUDO PARA ANO LETIVO 2016/2017, 2º E 3º PERÍODOS---**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a realização de despesa no valor 5.511,06€ (cinco mil, quinhentos e onze euros e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para a realização de Visitas de Estudo no 2º e 3ºs períodos do ano letivo 2016/2017; autorizar a abertura do procedimento e aprovar o respetivo caderno de encargos e ainda autorizar que o júri do procedimento seja composto pelos seguintes elementos: Presidente: Dr.ª Lurdes Violante, Vogais: Ana Piedade e Dr.º Henrique Granada, Suplentes: Sandra Cerveira e Ana Carreira. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu tratar-se de um assunto recorrente, mas tem vindo ao longo deste tempo a referir a necessidade de analisar as diversas hipóteses, pois trata-se de mais um contrato, mais um aluguer, o que significa que quer se queira, quer não, a questão dos transportes e de uma frota que pudesse responder a estas questões, certamente, que a longo prazo, aliviaria, significativamente, os custos dos transportes, fundamentalmente, os transportes escolares. Disse ser cada vez mais necessário encontrar soluções internas de administração direta para resolver as responsabilidades que estão inerentes às autarquias relativamente ao mundo da

escola e este processo deverá ser objeto de um estudo criterioso para as diversas soluções que devem ser encontradas, não tendo que sistematicamente de fazer alugueres e ajustes diretos para a resolução destes problemas. Aditou que uma autarquia como a de Rio Maior tem de ter capacidade instalada para resolver estes problemas.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que realmente tem de se recorrer sistematicamente ao aluguer de transportes, não só diariamente, para os circuitos especiais, mas também, e neste caso, porque a autarquia assim o entende, para proporcionar ao pré-escolar e ao 1º ciclo o transporte para as visitas de estudo anuais que os alunos fazem, sendo o transporte gratuito, sendo suportado na íntegra pelo município.-----

----- Sobre a existência de frota, referiu que era uma questão discutível, porque se se pensar que diariamente, só no período da manhã, a autarquia precisaria de dez autocarros para transportar todos os alunos para as escolas, pré-escolar e 1º ciclo, aditando que os mesmos necessitariam de motoristas e como a Lei obriga, duas vigilantes, pelo que devem ser feitas as contas. Referiu ainda que está a decorrer o processo para aquisição de um autocarro de cinquenta e cinco lugares e que poderá colmatar e diminuir alguns destes custos, suprimindo alguns circuitos, até mesmo nas visitas de estudo, contudo fazendo contas, por alto, era incomportável ao município de Rio Maior, ter dez autocarros, dez motoristas, mais vinte vigilantes por autocarro e pensando nas férias, um direito de qualquer trabalhador, ausências por motivo de doença, seriam custos elevados que acarretaria ao município.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por indicar o sentido de voto como favorável e referiu que se delega tantas matérias da competência da Câmara Municipal para as comunidades intermunicipais e não se delega esta matéria e assim ter uma frota que serviria uma região, e assim já se poderia ter uma empresa intermunicipal que tivesse condições e assim, poderia esta empresa não resolver tudo, mas era uma ameaça perante os privados, porque quando se tivesse de discutir preços com os privados, eles não saberiam se a autarquia teria condições para o fazer, e assim os custos baixariam, sendo ponto de vista competitivo e estratégico, uma situação que devia ser tratado nas comunidades intermunicipais.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**. -----

----- **Ponto XV - PROJETO REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE RIO MAIOR – CONSULTA PÚBLICA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter o projeto de regulamento a consulta pública, nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias úteis, e remeter o mesmo para audição da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior (AECRM), da Guarda Nacional Republicana (GNR) e das Juntas de Freguesia do Concelho de Rio Maior, para pronúncia durante o prazo de consulta pública. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre esta matéria disse que a proposta de regulamento em apreciação é uma forma de dar resposta a uma necessidade legal que resulta da suspensão legal do Horários de Funcionamento de muitos estabelecimentos, nomeadamente, os estabelecimentos enquadrados na classificação apresentada, terceiro e quarto grupo, ou seja bares, cafés, bares dançantes, discotecas e danceterias. Aditou que o mesmo também dá resposta aos munícipes de uma determinada zona da cidade de Rio Maior, que sistematicamente, se têm dirigido aos Paços do Concelho, para manifestar o seu desagrado pelos horários de funcionamento e pelo ruído noturno que se faz sentir. Apelou a que os interessados analisem esta proposta de regulamento e aproveitem a ocasião para fazer as suas propostas para que o mesmo possa ser implementado, a agrado, não só dos proprietários dos referidos estabelecimentos, mas também dos residentes vizinhos a esses estabelecimentos que sofrem com este tipo de atividade noturna.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto a esta proposta considerou importante a lógica que tem estado subjacente a este Executivo e que vai no sentido de normalizar todas as atividades, não só por imperativo legal, mas para garantir o rigor e a transparência que se tornam necessários. Referiu que têm sido muitas vezes confrontados com a ausência de conhecimento por parte de alguns munícipes que dizem que não sabiam que havia discussão pública, sugerindo, para que não houvesse ninguém, dos interessados, que nestas questões, da discussão pública, houvesse a preocupação, de disponibilizar editais, não nos locais habituais, mas que não houvesse nenhum vizinho de um bar ou danceteria, ou alguém da Assembleia Municipal, que não lhe seja dado conhecimento, porque esta maioria PSD/CDS tem que reconhecer que não há um Boletim Informativo, pois os munícipes podem não consultar o facebook, não terem acesso á Internet, ou seja todos podem dizer que não trabalham com os digitais e a Câmara tem de garantir o acesso á informação da decisão administrativa. Opinou que, para evitar

propostas ou moções de censura, por desconhecimento, que estes assuntos pudessem envolver não só a Associação, na divulgação aos seus associados, mas todos, enquanto Executivo, promover o conhecimento aos munícipes. Deixava o alerta porque é um assunto da máxima importância e não queria fazer parte da equipa que não se disponibilizou a dizer que houve sessenta dias para apresentação de propostas para depois o Executivo analisar.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **Ponto XVI – EDP DISTRIBUIÇÃO – PROTOCOLO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar, em face da carta da EDP, o Protocolo de Iluminação Pública a celebrar com a EDP Distribuição. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Sobre a proposta apresentada informou que a mesma era igual para todos os municípios e referiu haver um acordo entre a ANMP e a EDP e um mero cumprimento da Lei.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que a EDP enquanto empresa privada e como sabem os comunistas acham que este fator estruturante devia ser público, pois foi com investimento público que se conseguiu fazer todas as infraestruturas e redes, mas este tipo de protocolos deviam proliferar ainda mais, com estas entidades prestadores de serviços, não só na perspectiva de baixar o preço, mas numa dimensão que os municípios devem ter em conta, que é o custo cada vez maior no Orçamento Municipal, não só a iluminação pública, como o saneamento, como a água e a recolha de resíduos, como os referidos transportes escolares, quando contratualizados com o Ministério da Educação, sendo a autarquia a pagar oitenta por cento, daí que não se devia ficar por aqui, mas ir ainda mais longe. Aditou tratar-se de um elemento muito importante para a eficiência e eficácia energética e também para o embelezamento do espaço público, esperando que nesta questão, as freguesias sejam consagradas, pois não vira qualquer dado sobre isso, apenas mencionam as periferias, tanto mais que é o município que vai compartilhar a compra das luminárias.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse tratar-se de um documento que é negociado pela ANMP, com a EDP, considerando no entanto que o mesmo poderá ser melhorado, e aquela Associação tem mais poder para negociar, pois dado os avultados lucros que EDP tem, deve tentar conseguir os investimentos que são necessários e que são muito importantes para os municípios, nomeadamente renovar as infraestruturas com meios mais

eficientes, opinando que quando se assinam estes protocolos estes deviam trazer quantificados os investimentos a fazer em cada um dos municípios, para que se possam criar sinergias e para que possam fazer uma opção estratégica, permitindo assim que os investimentos sejam mais rentabilizados e assim se refletirem em mais benefícios públicos.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que a proposta de protocolo com a EDP, reflete, por exemplo, que nos novos loteamentos, vai começar a colocar luminárias led e gradualmente vai substituindo outras, mas não informa se é no meio rural ou na sede de concelho, opinando que vai ser um processo lento e progressivo. Disse também que ao longo dos anos a única coisa que os municípios sabem é que para o ano seguinte a EDP tinha previstos determinados investimentos no concelho, nada mais. Sobre a eficiência energética informou que o município concorre para um montante de cerca de novecentos mil euros para luminárias led, e neste caso foi definido como zona de intervenção toda a parte central de Rio Maior, da Avenida dos Combatentes, Bairro da Chaínça, Avenida Mário Soares, Avenida de Portugal e Zona Industrial e nas freguesias optou-se pelas sedes das mesmas. Frisou que o montante em causa não vai dar para ter luminárias led em todo o concelho, sendo o critério substituir as lâmpadas mais antigas, progressivamente.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e cinquenta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:** \_\_\_\_\_

**A COORDENADORA TÉCNICA:** \_\_\_\_\_